

Uma peça em um tabuleiro: um infante na expansão quatrocentista¹

A piece on the board: a prince in the fourteenth-century expansion

Susani Silveira Lemos França²

susani.lemos@unesp.br

ORCID: 0000-0002-5352-6570

Resumo: A proposta do texto é refletir sobre uma personagem, o Infante D. Henrique de Portugal, cuja ação foi aceita, ao longo de séculos, como decisiva no processo de expansão externa europeia. A despeito de alguns juízos contraditórios e depreciativos, os traços da sua imagem que chegaram até nós são predominantemente favoráveis e mostram-se um campo fértil para cogitarmos sobre os motivos alegados, nos reinos ibéricos do século XV, em defesa do combate e da conversão em terras alheias, ou melhor, para se conjecturar sobre o que era entendido como bom, certo e necessário. Retomando fontes que foram fundamentais na difusão de ideias e ideais expansionistas, a começar por célebres autores portugueses posteriores que garantiram a fortuna da imagem do Infante, o estudo, sem qualquer pretensão de defender que suas virtudes pessoais reiteradas nas fontes atestem seu desempenho histórico, examina particularmente as ações deliberadas descritas nas narrativas quatrocentistas, suas escolhas infelizes e os acasos que favoreceram seu destaque em um processo histórico que foi para muito além da sua vida. O objetivo do estudo é esmiuçar as qualidades e as ações que traduzem uma partilha de valores que favoreceram o relevo do Infante ou sua elevação sobre os irmãos, tanto pelos feitos que lhes foram atribuídos quanto pela combinação de eventos posteriores que levaram à distinção de uns conquistadores em relação a outros.

Palavras-chave: Expansão ibérica; Infantes portugueses; Moral quatrocentista.

Abstract: The article's purpose is to reflect on a character, that of D. Henrique of Portugal, whose action was accepted, throughout the centuries, as decisive in the process of European expansion. Despite some contradictory and derogatory judgments, the traces of his image that have come to us are predominantly favorable and constitute a fertile field for the consideration of the reasons alleged in the 15th century Iberian kingdoms in defense of combat and conversion in foreign lands, or rather, to conjecture about what was understood as good, right and necessary. Returning to sources that were fundamental in the diffusion of expansionist ideas and ideals, starting with later famous Portuguese authors who ensured the fortune of his image, the study, without claiming to defend that his personal virtues reiterated in the sources attest to his historical performance, examines particularly the deliberate actions described in the fifteenth-century narratives, his unfortunate choices and the hazards that favored his prominence in a historical process that went far beyond his life. The study aims to scrutinize the qualities and actions that translate a sharing of values that favored his importance or his elevation over his brothers, both by the deeds attributed to the prince and by the combination of later events that led to the distinction of some conquerors in relation to others.

Keywords: Iberian expansion; Portuguese princes; Fifteenth-century morals.

¹ Todas as citações de fontes no corpo do texto foram modernizadas ou traduzidas de próprio punho. Todavia, os originais foram reproduzidos nas notas.

² Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História. Av. Eufrásia M. Petráglia, 900 - Franca/SP - CEP 14409-160.

Ao longo da história, alguns venceram batalhas enquanto estavam vivos, outros foram vencedores igualmente depois de mortos. O Infante português D. Henrique foi uma dessas figuras cujas guerras póstumas vencidas interna e externamente não foram menos pungentes que as realizadas em vida. É a ele que é reservado pelo cronista do reino o epíteto de “príncipe sem coroa” (Zurara, 1973b, p. 22),³ a quem o próprio rei D. Afonso V cedeu espaço para ser celebrado em uma crônica, suspendendo o protagonismo dos reis que caracterizava as crônicas quatrocentistas (Zurara, 1973a, p. 4). É a ele que, nessa altura em que as expedições marítimas envolviam viajantes de diversa proveniência, o mercador e explorador veneziano Luís de Cadamosto, a serviço deste mesmo Infante em duas viagens à Guiné (1455-1456), confere – no seu relato que alimentou as narrativas posteriores sobre as primeiras viagens e tornou-se um dos pilares do conhecimento sobre os contatos iniciais dos portugueses com os africanos – o qualificativo de “primeiro inventor de mandar navegar esta parte do mar Oceano contra o Meio-Dia das terras dos negros da Baixa Etiópia” (Viagens, 1988, p. 84).⁴ É a ele, do mesmo modo, que um célebre humanista florentino Poggio Bracciolini escreve uma carta em que lhe atribui “tamanho ânimo e tamanha coragem e sabedoria” para enfrentar nações desconhecidas (Bracciolini, 1994, p. 18, 21).⁵ É provavelmente em razão desse prestígio que já viajava por outras partes, e seduzia os estrangeiros, que o cronista árabe Abd al-Basit atribui a tomada de Gibraltar em 1462 aos portugueses, e não àqueles a quem foi reconhecido o feito, os espanhóis.⁶ É ao seu nome, do mesmo modo, que o médico bávaro Jerônimo Münzer, interessado em saber sobre as experiências viageiras dos cavaleiros dos reinos do sul e empenhado em relatá-las, vincula todo o descobrimento da África Ocidental (Münzer, 1931, p. 141-142). E um pouco mais tarde, no século XVI, essa reputação, alimentada também pelos de fora, é sintetizada por um outro português já conhecedor dos frutos das conquistas africanas para um reino que construiu um império, Damião de Góis. Este, seguindo sugestão de Zurara de que o Infante queria saber mais do que só da África (Zurara, 1973b, p. 86), atribui-lhe uma intenção

ainda mais ousada, a de seguir para além da costa da África e descobrir caminho navegável para a Índia oriental (Münzer, 1931, p. 15; Góis, 1905, p. 15). Entre lisonjas, exaltações, reconhecimentos, descrições, alguma crítica e muita prospecção retrospectiva, a figura do Infante emerge acima da dos seus irmãos, por vezes superando a dos dois letrados,⁷ aquele que foi rei e aquele que foi regente, D. Duarte e D. Pedro (Coelho, 2005, p. 14).

Sua imagem é talhada para muito além do século em que foi protagonista, o XV, ganhando pinceladas de mestres como Camões, que, na sua epopeia em louvor do seu povo pelos feitos expansionistas, o enquadra entre os “altos infantes” e o anuncia como aquele que fez com que a fama “nos mares o publique/ Por seu descobridor”.⁸ É lapidada também por outro dos grandes vultos da literatura portuguesa, Fernando Pessoa, que o designa como o imperador que tinha, “deveras, o globo mundo em sua mão” e “aos pés mar novo” (Lopes, 1977, p. 306; Russell, 2004, p. 39).⁹ Nutriram-se esses, em parte do mito do Portugal aberto aos mares que em especial a partir do século XVI ganhou força, mas igualmente dos prenúncios e sinais que compuseram sua figura já no século XV.

Os agouros do seu nascimento, em 1394, eram ambíguos. O dia, uma Quarta-Feira de Cinzas,¹⁰ era dia desventurado no calendário cristão, porque identificado como início das privações e penitências (Beirante, 2011, p. 177). Mas a essa referência religiosa desditosa contrapunham-se as configurações astrológicas que, apesar de consideradas mais duvidosas, serviram a Zurara, cronista responsável por preservar a memória dos seus grandes feitos – como era então função dos cronistas-mores do reino (Serrão, 1972, p. 65-70) –, para ilustrar a fabulosa ventura que se anunciava, pois o ascendente em Áries, combinado com Marte, sua casa, associava-se às batalhas, e conjugado com Aquário e Saturno,¹¹ “casa de esperança” ou boa sorte, segundo ele, designava que o Infante trabalharia “por conquistas altas e fortes, especialmente buscando as coisas que eram ocultas aos outros homens, e secretas [...]” (Zurara, 1973b, p. 24).¹² Ambiguidades estavam também ligadas ao seu nome. Sua posição entre os filhos que sobreviveram era a terceira (Zurara, 1973b,

³ “Este foi o Príncipe sem coroa [...]”.

⁴ “[...] primo inuentore de far nauigar questa parto del mare oceano verso dil mezo di dele terre dei negri dela bassa Etyhopia [...]”.

⁵ “Gloriosum quippe uideri debet te unum tantianimi, tante uirtutis consillique fuisse, ut que nulli hactenus aut ingredi aut tentare sint ausi, tu sous ignota maria, inuisas regions, incognitas atque nationes, immanes gentes [...]”.

⁶ Cogitações sobre o porquê da atribuição equivocada, ver: López de Coca Castañer, 2001, p. 615.

⁷ A historiografia portuguesa exaltou D. Henrique, chamando-lhe, por antonomásia, o Infante (Nemésio, 1991, p. 125).

⁸ “Olha cá dois infantes, Pedro e Henrique,/ Progénie generosa de Joane:/ Aquele faz que fama ilustre fique/ Dele em Germânia, com que a morte engane;/ Este, que ela nos mares o publique/ Por seu descobridor, e desengane;/ De Ceita a Maura túmida vaidade,/ Primeiro entrando as portas da cidade” (Camões, 1994, p. 123, 230).

⁹ “Em seu trono entre o brilho das esferas,/ Com seu manto de noite e solidão,/ Tem aos pés o mar novo e as mortas eras —/ O único imperador que tem, deveras,/ O globo mundo em sua mão” (Pessoa, 1986a, p. 76).

¹⁰ “Nação depois dele o Ifante dom Anrrique na cidade do Porto, huma quarta feyra de cimza, quatro dias do mes de março de quatrocentos e XXXij”.

¹¹ O desenho do horóscopo, com divisão em casas, emergiu e estabilizou-se na Mesopotâmia, por volta do século IV a. C. (Lúlio, 2011, p. 9).

¹² “[...] casa de esperança, significou que este senhor se trabalhasse de conquistas altas e fortes, especialmente de buscar as cousas que eram cobertas aos outros homens, e secretas [...]”.

p. 20); portanto, nada lhe conferia grande prestígio no nascimento, e a possibilidade de vir a suceder no trono era remota. Já seu nome foi em homenagem a um antepassado, como era habitual, provavelmente ao tio materno e futuro rei da Inglaterra, Henrique de Bolinbroke, ou ao seu bisavô Henrique de Lencastre. Antes dele, seu falecido irmão Afonso recebera o nome dos reis guerreiros fundadores de Portugal; o futuro rei Duarte foi agraciado com o nome do bisavô inglês Eduardo III; e Pedro, outro irmão que sobreviveu, ganhou o nome do avô paterno, D. Pedro I (Coelho, 2005, p. 159). A homenagem, no seu caso, se ao bisavô que apoiou D. Afonso XI de Castela no cerco de Algeciras (1342-1344) durante a Reconquista cristã da Península Ibérica, tal como a configuração dos astros, era anúncio de um pendor cruzadístico que o cronista exaltava neste em meados do século XV.

Para além das predições positivas ou misteriosas do nascimento, alguns traços da sua existência são matéria incontornável para os que narravam etapas dos avanços expansionistas. A sua liberalidade, talvez excessiva, não resultou, por exemplo, em frutos imediatos. Aquele que primeiramente assumiu a tarefa de louvá-lo, o referido Zurara, é já quem destaca que ele “folgava de provar novas experiências por proveito de todos, ainda que fosse com sua grande despesa” (Zurara, 1973b, p. 24).¹³ Sobre esse mesmo desprendimento em prol da causa das viagens de descoberta, Diogo Gomes, um dos navegadores que deram continuidade aos planos de conquista que cronistas e navegadores letrados atribuem ao Infante, no relato ditado ao cartógrafo e comerciante alemão Martim Behaim,¹⁴ refere a tristeza de D. Afonso V e do povo com a perda do seu comandante, “pois todos os proventos que tinha e tudo o que recebia da Guiné, tudo gastava na guerra e em constante armada sempre prestes contra os sarracenos em prol da fé cristã” (Sintra, 2002, p. 87).¹⁵ Jerônimo Münzer, outro letrado alemão apreciador das empresas de expansão, foi também um dos que o definiram como “amigo de gastar os seus rendimentos em generosas empresas” (Münzer, 1931, p. 143).¹⁶ E, apesar das dívidas deixadas

ao seu herdeiro nomeado, seu sobrinho D. Fernando, Duque de Beja e 2º Duque de Viseu,¹⁷ ele, como dirá Diogo Gomes, deixou “muitas fortalezas e castelos, as ilhas dos Açores e da Madeira e tudo o que lhe pertencia no secular, pois o espiritual deixou-o à Ordem de Cristo...” (Sintra, 2002, p. 65).¹⁸ Esses e outros que o descrevem, como se vê, não deixam de destacar seus muitos gastos, porém, sempre para ilustrar seu desprendimento e amor à causa das descobertas, em benefício do reino e da cristandade (Luís, 2019, p. 161).

Sua condição de celibatário é, do mesmo modo, outro aspecto associado, logo no século XV, aos seus feitos ultramarinos. Zurara, no retrato com pretensão de verdadeiro, mas não incompatível com as tintas exaltadoras que caracterizavam as crônicas quatrocentistas, ressalta nele a castidade (Zurara, 1973b, p. 22)¹⁹ e é seguido por outros²⁰ que também referem “sua absoluta continência” (Münzer, 1931, p. 140; Münzer, 2014, p. 241).²¹ Estes viajantes que deixaram registro de sua própria experiência e dos seus antecessores, na sequência imediata da reiteração de que permaneceu virgem até a morte, aludem que “praticou muitas boas obras” (Sintra, 2002, p. 87)²² e, “considerando que as receitas de seu pai não eram suficientes para grandes despesas, ele próprio se dedicou a desbravar terras desconhecidas” (Münzer, 2014, p. 241; Münzer, 1931, p. 140-141).²³ As diversas peças escritas quatrocentistas, bem encaixadas, configuram, pois, um Infante que dedicou sua vida às empresas da expansão, não tendo tido filhos e tendo nomeado herdeiro o sobrinho que queria que viesse a ser seu continuador. Um Infante por quem a mãe não escondia o favoritismo (Duarte, 2007, p. 23), mostrando no leito de morte “que o amava especialmente” (Zurara, 1915, p. 129)²⁴ e parecia, “por divinal consideração” (Zurara, 1915, p. 130),²⁵ saber o que o aguardava no futuro, deixando-lhe a responsabilidade de cuidar dos “senhores, cavaleiros e escudeiros” do reino, enquanto ao primogênito dera a responsabilidade sobre os povos e, ao segundo filho, o cuidado com as donzelas (Zurara, 1915, p. 129).²⁶ D. Henrique ficava, assim, pela mão da mãe, como sintetiza,

¹³ “[...] folgava de provar novas experiências por proveito de todos, ainda que fosse com sua grande despesa [...]”.

¹⁴ Sobre a autoria do relato, ver: Sintra, 2002, p. 12. A confiabilidade deste relato já foi posta em causa em razão da qualidade do latim em que foi escrito e por ter sido registrado quando já Diogo Gomes era idoso e por um alemão, cujos conhecimentos de português não se sabe se eram suficientes para a escrita (Russell, 2004, p. 305-306).

¹⁵ “[...] quia omnes proventus quos habebat et ex Guinea omnia expendebat in bello et continua armata in mari contra sarracenos pro fide christiana”.

¹⁶ “[...] natura liberalis et in generosis factis sua expendens ultra Canarias misit quandam nobilem militem [...]”.

¹⁷ “Os bens de D. Henrique haviam servido a este para financiar grande parte das viagens e, mesmo assim, à hora da morte, as dívidas amontoavam-se e constituíam um verdadeiro quebra-cabeças para o rei e D. Fernando” (Sousa, 2000, p. 18).

¹⁸ “Et sic hereditavit de illo multa castra et oppida, insulas Açores et de Madeyra, et omnia que ei pertinebant quantum ad secularia, quia in spirituali dimisit Ordini Christi (qui ordo antea // fuerunt Templarii auctoritate Summi Pontificis qui ordinem fecit donatarium”.

¹⁹ “[...] toda sua vida passou em limpa castidade [...]”.

²⁰ A crônica de Zurara é reconhecida como fonte essencial para a biografia do Infante (Thomaz, 1991, p. 13).

²¹ “[...] Heinricus frater Eduardi virgo permansit [...]”.

²² “Qui dominus Infans usque ad mortem uirgo permansit et fecit multa bona in uita sua que essent proluxa enarrare”.

²³ “[...] considerans paternos census non tantis expensis sufficere, applicuit terras incognitas aperire”.

²⁴ “[...] que o amava especialmente [...]”.

²⁵ “[...] que a Rainha sentia per diuinall comsijraçom [...]”.

²⁶ “[...] a uos quero emcomendar todollos senhores, caualleiros fidallgos e escudeiros [...]”.

com a elevada responsabilidade de cuidar daqueles que, “em defesa do reino, ao ferro e ao fogo expõem seus peitos, não hesitando em preferir às doçuras da vida a morte com glória”, como sintetiza o cronista italiano Mateus de Pisano, a quem tinha sido encomendado, pelo regente Infante D. Pedro, dar a conhecer em latim as histórias dos reis de Portugal (Pisano, 1915, p. 28).²⁷ As qualidades deste Infante e virtudes nele destacadas apontavam, pois, que ele iria longe e se mostraria incansável para “ajuntar o Levante com o Poente, [para] que as gentes aprendessem a comu[ta]r as [suas] riquezas” (Zurara, 1973b, p. 39).²⁸

A fama histórica desse Infante culminou com a imagem de herói da abertura do mundo. Tal fama, vale destacar, não deve ser confundida com a impressão geral que sobre ele foi partilhada apenas enquanto viveu, mas antes como a combinação de honra e destaque que resultou de seus atos dados a conhecer já no século XV, das consequências que tiveram (Fenster e Smail, 2003, p. 3-4) e dos eventos posteriores que conferiram a estes atos primeiros o título expressivo de início de um amplo projeto, o do império ultramarino português. Considerando essa reputação construída com peças de diversos períodos, importa cogitar, depois desse preâmbulo, se a expansão portuguesa, da qual ele se configurou como patrono, teria rumos muito diferentes não fosse a sua atuação. Questão que não carrega qualquer pretensão de desmentido ou de busca de comprovação factual, apenas visa ponderar sobre o papel do engenho dos indivíduos no desenrolar dos acontecimentos. Mais especificamente, a reflexão não incidirá sobre causalidades políticas e sociais que moveram a história,²⁹ mas sim incidirá – nestes nossos tempos em que o papel das ideias, valores e propósitos dos indivíduos costuma ser ignorado em favor das ações coletivas ou de processos sociais amplos –³⁰ sobre as ações não programadas e circunstanciais e suas consequências tão ou mais relevantes que aquelas inteligíveis, percebidas e descritas por redes de causalidades. Se ele não tivesse vingado, como seus irmãos falecidos e outras tantas crianças que não sobreviviam naquele tempo, que expansão teria sido possível? Sua capacidade de escolha e a racionalidade das suas ações teriam sido decisivas no longo processo de conquistas começadas no tempo dele? Seria

possível deslocar facilmente o seu codinome Navegador para um dos irmãos?³¹

O primeiro grande passo propalado pelos portugueses e estrangeiros atentos ao que se passava no sul da Europa no início do século XV foi a tomada de Ceuta, evento que não era muito mais que a conquista – cercada de dúvidas e objeções – de uma praça marroquina por infantes sedentos de glória e aventuras cavaleirescas, mas que, ao longo do século XV e no século XVI, combinados os eventos posteriores,³² começou a ganhar a cara de um projeto maior,³³ protagonizado pelo Infante e seus irmãos,³⁴ e que aos poucos ganhou elevado valor simbólico (Santos, 1998, p. 51). Na preparação da empresa narrada por Zurara, além do Vedor da Fazenda, João Afonso de Alenquer, aparecem os três infantes, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Resistentes diante da negação do pai quanto à expedição de conquista a Ceuta, são conjuntamente apresentados como “desejosos de semelhante novidade” (Zurara, 1915, p. 28),³⁵ obstinados a insistir para que o rei autorizasse a realização do grande feito (Zurara, 1915, p. 33), persistentes nos seus propósitos, dada a fama³⁶ que já voava “por muitas partes do mundo” (Zurara, 1915, p. 181),³⁷ e, por fim, atuantes nas diversas etapas da conquista da cidade, cada um avançando por uma parte dela (Zurara, 1915, p. 187-194).

Quando, entretanto, progredirem as etapas da empresa propriamente, o destaque dado a D. Henrique pelo seu cronista vai-se configurando. No conselho que antecedeu a tomada da cidade, o rei D. João declara a ele que, mais do que atender seu pedido para seguir em companhia daqueles que rumavam para tentar subjugar a cidade, ele regozijar-se-ia, na verdade, que o dileto filho partisse como “principal capitão”, e não escondia que “tinha grande esperança no engenho e fortaleza de seu filho” (Zurara, 1915, p. 186).³⁸ Tal como aquela não ocultada preferência da mãe, a expectativa do pai depositada sobre ele é outro dos instrumentos da crônica para corroborar seu papel determinante já nesse primeiro desafio conquistador, e vinha validado – como comumente ocorria nas crônicas régias nas situações de impasse – com os sinais providenciais que envolviam suas ações,³⁹ como quando, rumo a Ceuta, seus companheiros se espantaram com a direção tomada por sua galé, enquanto

²⁷ “Semper tibi cordi fit illos tueri qui ferro e igni, pro salute Reipublicae, sua corpora exponunt, e egregiam mortem dulci vitae antefere non recusant”.

²⁸ “[...] ajuntar o Levante com o Poente, por que as gentes aprendessem a comudar as riquezas”.

²⁹ Como já fizeram, entre outros historiadores, Vitorino Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque ou Luís Felipe Thomas, entre muitos outros, inclusive nas histórias gerais de Portugal.

³⁰ Sobre o papel das motivações particulares no desenrolar dos processos históricos, ver: Simmel, 1984, p. 72-77; Boudon, 1984, p. 10.

³¹ Acerca da discussão sobre o que explica os fenômenos sociais e o papel dos indivíduos na sua condução, ver: Boudon, 2017, p. 207-236.

³² A forma como os acontecimentos históricos adquirem significado graças a sua relação com acontecimentos posteriores é tratada por Danto, 1989, p. 26.

³³ Sobre Ceuta como “começo” de conquistas, de descobertas e de exploração de recursos econômicos que abriram nova e decisiva fase no processo da mundialização e da globalização, ver: Santos, 2017, p. 25-43. Sobre a tomada da cidade como marco retrospectivo de um império, ver: Michelan, 2020.

³⁴ O protagonismo de D. Henrique, em Ceuta, entretanto, “obscureceu a contribuição do pai e dos irmãos” (Duarte, 2007, p. 11).

³⁵ “[...] desejosos de semelhante novidade”.

³⁶ Para um maior conhecimento dos múltiplos significados da fama e suas implicações histórico-políticas, especificamente associadas à honra e prestígio acrescidos, ver: Fenster e Smail, 2003.

³⁷ “[...] a fama deste feito voou per muitas partes do mundo [...]”.

³⁸ “[...] principall captiam. [...] tjinha gramde esperança no emgenho e fortelleza de seu filho”.

³⁹ Duarte Pacheco Pereira é um dos que reforçam a dimensão providencial dos feitos henriquinos (Thomaz, 1991, p. 15).

a do rei voltava para Algeciras na Espanha. Foram, entretanto, acalmados pelo Infante com o argumento de que aquele – referência a Deus – que a governava já sabia “para onde ha[via] de ir” (Zurara, 1915, p. 188).⁴⁰ Do mesmo modo, diante do receio de alguns dos seus companheiros quanto aos riscos a que estariam expostos se insistissem em avançar sobre Ceuta, são confrontados, segundo Zurara, com as palavras firmes de um comandante ciente de que seu exemplo era essencial e que prometia que o veriam “primeiramente sair pela prancha” da galé (Zurara, 1915, p. 189).⁴¹ Ou ainda, em uma situação de extremo risco no confronto com os mouros, sua salvação é atribuída, segundo a impressão de todos, à vontade de Deus (Zurara, 1915, p. 230). Tão extraordinária teria sido sua atuação em Ceuta, que o cronista se esforça em demonstrar que o rei seu pai reconheceu a grandeza dos seus feitos e quis, por “louvor de [sua] fortaleza”, que recebesse de imediato a ordem da cavalaria antes mesmo dos irmãos mais velhos. Mas o Infante, com mostras de reverência, humildade e respeito à hierarquia familiar – como recomendavam os espelhos de príncipes que difundiram ideias de grandeza moral nos reinos cristãos daquele tempo –, dispensou a deferência e pediu ao pai que só lhe concedesse a honra no tempo em que a outorgasse a seus irmãos, alegando que, assim como “Deus trouxe a este mundo um antes do outro, assim [lhe] prazeria que [...] a honra fosse dada ordenadamente” (Zurara, 1915, p. 230-231).⁴² E assim teria sido feito.

A exaltação do desempenho do Infante, iniciada pelo cronista régio a partir do que ouviu dos envolvidos nos acontecimentos, ganhou mais reforço nas linhas deixadas pelos estrangeiros.⁴³ O veneziano Luís de Cadamosto – autor de um minucioso relato baseado na sua própria viagem à África a serviço do Infante –, sempre preocupado em lembrar o papel de D. Henrique para levar adiante as viagens portuguesas, além de ressaltar a já referida castidade entre os sinais da sua abnegação, salienta suas habilidades militares na juventude, visíveis nas “muitas coisas digníssimas em batalha com os mouros; e, não só por sua própria pessoa como por sua indústria e desígnio, fez coisas dignas e de grande memória...” (Viagens, 1988, p. 84).⁴⁴ Mas é a propósito das descobertas mais avançadas que o protagonismo do Navegador ganha força interna e externamente. Nos

documentos de caráter legislativo derivados das Cortes de Coimbra-Évora de 1472-1473, por exemplo, este Infante aparece isolado como aquele que, “por sua discricção, achou e descobriu” a terra da Guiné (Dias, 2014, p. 159-160).⁴⁵ Do mesmo modo, no reino vizinho, a *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla*, datada de 1481-1482, destaca a figura de D. Henrique como aquele que ajudou o rei seu sobrinho D. Afonso V a enriquecer o reino que recebera “minguado de riquezas”, mas que foi acrescentado por esse “homem mui notável”, que ensinou “os portugueses a navegar” (Crónica, 1991, vol. 2, p. 454-455).⁴⁶

Até mesmo quando a referência é negativa, como a propósito do desastre de Tânger, não se nega o protagonismo do Infante D. Henrique. Nas fontes dos reinos vizinhos, então preocupadas com a concorrência dos portugueses nos avanços expansionistas, como a referida *Crónica anónima de Enrique IV de Castilla* ou o *Memorial de diversas hazañas* do cavaleiro letrado castelhano Diego de Valera, escrito entre 1481 e 1487 (Moya García, 2008, p. 155), consta que ele e seu irmão D. Fernando, no empreendimento a Tânger em 1437, “tiveram muito adversa fortuna, querendo tomar aquela cidade pelo pouco saber e grande soberba dos portugueses” (Valera, 1878, p. 30). E acrescenta a primeira fonte as “condições vergonhosas” em que ficaram as gentes que com eles tinham seguido (Crónica, 1991, vol. 2, p. 136).⁴⁷

É por essas e outras referências históricas que D. Henrique vai se configurando, por vezes pela negativa, como inventor das descobertas.⁴⁸ O comando das navegações sob sua batuta é reforçado pelas posições menos determinantes ou até opostas dos seus irmãos. Quando já rei, D. Duarte, por exemplo, aparece reticente diante da proposta de novos avanços sobre o norte da África propostos pelo irmão mais novo, D. Fernando, e só decide autorizar depois da intervenção de D. Henrique com argumentos em favor dos riscos necessários a um príncipe que precisava fazer jus a seus antepassados. Alegava este Infante, a propósito da demanda do caçula e em defesa dos seus princípios cavaleirescos,⁴⁹ que não era razoável, “sendo filho de tal pai e neto de tais avós, que gast[asse] assim sua vida, sem fazer nela alguma coisa de louvor, para que mere[cesse] e [houvesse] honra” (Pina, 1977b, p. 514).⁵⁰ Mais tarde, já depois de consumado o desastre do empreendimento

⁴⁰ “[...] ja sabe pera homde ha dhir”.

⁴¹ “[...] primeiramente sahir polla pramcha desta minha gallee [...]”.

⁴² “[...] Deos trouxe a este mundo huã amte o outro, assy me prazeria que nos a homrra fosse dada hordenadamente”.

⁴³ Em estudo clássico, Vitorino Nemésio destaca a carga mítica que envolve a figura de D. Henrique, todavia, não minimiza seu papel histórico, como responsável pela concepção e impulso da empresa dos descobrimentos (Nemésio, 1991, em especial p. 95-99).

⁴⁴ “[...] molte cosse dignissime in bitalia de mori e per sua própria persona e per sua industria e seno fece cose digne e de grande memoria”.

⁴⁵ “[...] per sua descriçam achou e descobriu e vo lo deixou”.

⁴⁶ “[...] minguado de riquezas [...] onbre muy notable. [...] mostrando a los portugueses navegar”.

⁴⁷ Sobre a rivalidade entre portugueses e castelhanos, ver: Rucquoi, 2003, p. 40.

⁴⁸ Os diversos momentos desse perfil, desde o predestinado de Zurara, passando pela imagem de senhor feudal de Rui de Pina e avançando até os historiadores do século XX (João, 1994; Luís, 2019, p. 172).

⁴⁹ Entre os quais princípios se destacava a coragem (Taylor, 2013, p. 132-176).

⁵⁰ “[...] sendo filho de tal Padre e neto de taes Avoós, que gaste assy sua vida, sem fazer nella alguma cousa de louvour, per que mereça e aja honrra [...]”.

com a captura do irmão mais novo, D. Pedro, em 1436 ou 1437, apresenta argumentos claros em favor de um recuo nas conquistas do norte da África, nomeadamente ressaltando as prováveis perdas humanas e financeiras. O temor manifesto de que pudessem resultar “danos e males muito maiores” do que em princípio era tomado como serviço de Deus – a guerra contra “os mouros inimigos da fé” – foi um dos pontos que o deixaram em defasagem em relação ao irmão (Pedro, 1964, p. 3).⁵¹ Sua alegação ponderada de que a manutenção de Ceuta (Luís, 2019, p. 165) a qualquer preço resultaria em que “de cercadores se achariam cercados e de vencedores se achariam vencidos” (Pedro, 1964, p. 5), não lhe permitiu colher historicamente os mesmos frutos do irmão, em tempos em que alguma imprudência era necessária em nome de avanços promissores. D. Pedro e D. Duarte mostram-se, em relatos históricos claramente defensores da vocação marítima portuguesa, mais ciosos dos riscos para a governança e para as finanças do reino; já D. Henrique revela-se um exímio defensor dos sacrifícios e riscos necessários para realizar conquistas. Na altura do retorno dos navios de Tânger narrado na crônica de Rui de Pina, D. Duarte, acompanhado de D. Pedro, ao saber das notícias “ásperas” de ouvir, não esconde seu abalo e tristeza pela derrota da armada portuguesa, mas é repreendido pelo capitão-mor Álvaro Vaz de Almada por esquecer, levado pelo apego ao irmão, um homem “só e mortal”, “da grande fama que naquele feito em seu nome se ganhara” (Pina, 1977b, p. 563).⁵² Ou seja, diferentemente de D. Henrique, que se ergue em várias situações como encorajador da expansão a despeito dos custos materiais e humanos, D. Duarte é pintado por outro cronista-mor, já no final do século XV, como o que precisa ser encorajado.

Nas discussões prévias à conquista de Tânger e nos desdobramentos desafortunados, pois, confrontaram-se o inseguro e pouco convicto D. Duarte (Duarte, 2007, p. 304), o pragmático e cauteloso D. Pedro, o temerário e futuro mártir D. Fernando e o visionário e destemido D. Henrique, que não temeu o risco inicial, tampouco deixou de persistir nele quando se posicionou contra a troca do irmão refém por Ceuta (Luís, 2019, p. 168). O autor da vida deste irmão mais novo, Frei João Álvares,⁵³ também tende a atribuir ao seu biografado, em comparação com a cautela dos outros irmãos, intrepidez semelhante à de D. Henrique para levar adiante uma grande conquista. Assumindo a clara tarefa de louvar D. Fernando pelo sacrifício em prol da mais nobre causa daquele tempo, ele menciona o pleno consentimento

do Infante D. Fernando “de dar sua vida, logo ali por serviço de Deus e por livramento de todos”; oferecendo-se, assim, como refém (Álvarez, 1911, p. 29-30). Já Rui de Pina, sem o mesmo compromisso de exaltar o Infante martirizado, ressalta ter o Infante D. Henrique insistido para “ficar como refém, e não seu irmão” (Pina, 1977b, p. 558).⁵⁴ Duas versões que, como não podem ser confirmadas, apenas confrontadas, servem igualmente para ponderarmos sobre a atuação dos indivíduos na história, sobre o imponderado, a exceção, a irracionalidade e o acaso (cf. Veyne, 2011). Servem para nos perguntarmos: se, caso tivesse sido ele no lugar do irmão, os desdobramentos teriam sido os mesmos ou muito semelhantes? Teriam os portugueses avançado para além do Bojador? O que teria e não teria se efetivado? Pergunta simplesmente retórica, obviamente, dado que não tem como ser respondida historicamente, servindo apenas para lembrar que é atribuída a ele, pelos contemporâneos e sucessores, a determinação para prosseguir. Melhor dizendo, não se trata de questionar se é legítima e verdadeira a sua imagem de motor dos descobrimentos, mas de recordar aquilo em que se pôde acreditar e as peças que contribuíram para essas crenças.

Diferentemente dos dois irmãos mais velhos, D. Henrique estava, pelo que indicam diversos relatos e documentos, convicto de que a devolução de Ceuta aos mouros seria um retrocesso ao expansionismo luso e uma ameaça à coesão nacional (Duarte, 2007, p. 324-330). A memória da sua persistência, ou talvez teimosia, poderia ter sido eventualmente desonrosa se tivessem sido outros os desdobramentos vindouros; todavia, mesmo historiadores do século XX que tenderam a minimizar o papel dos indivíduos e insistir nas conjunturas políticas admitem que tenha sido o preparador do que se efetivou (Mauro, 1995, p. 44). Ele saiu, pois, vitorioso destas batalhas posteriores e algumas até póstumas, pois o evento funesto do sacrifício do irmão foi ofuscado pelo brilho dos acontecimentos que se sucederam pela costa africana. João de Barros, por exemplo, no século seguinte – aparentemente incomodado com o tráfico de gente que já era notório em Lisboa (Fonseca, 2010, p. 88-104) e especialmente envolvido com seu ambicioso projeto de uma história da expansão portuguesa envolvendo os quatro continentes –, destaca como seus enviados mais trabalhavam para “descobrir terra para servir o infante que trazer cativos para seu próprio proveito” (Barros, 1988, p. 36).⁵⁵ Distingua-o, de alguma forma, do irmão D. Pedro, que argumentara, na célebre Carta de Bruges, de aconselhamento a D. Duarte sobre a

⁵¹ “[...] *ja nom faço duujda em seer bem e serujço de Deus os mouros imijgos da fe serem guerreados, comtanto que este bem nom traga consigo danos e mallees muyto mayores*”.

⁵² “[...] *soo e mortal* [...]”.

⁵³ Embora não seja consensual a designação de João Álvares como cronista, preferindo alguns estudiosos a designação hagiógrafo, a opção aqui por cronista deve-se a ser termo corrente na época para se referir a narrativas para registrar o passado. Vale lembrar, entretanto, que o autor se refere ao seu relato como “*trautado da vida e factos do muyto vertuoso Senhor Ifante dom Fernando*” (Álvarez, 1911, p. 2).

⁵⁴ “[...] *pera ficar em a refees, e nom seu irmaaõ* [...]”.

⁵⁵ “[...] *seu ppósito mais éra descobrir terra por seruir o jnfante q trazer catiuos pera seu próprio proveito* [...]”.

governança, quanto à importância do “ganho e proveito” (Pedro, 1961, p. 145) de qualquer empresa, sem esconder as preocupações com benefícios materiais. Sobre D. Henrique, ao contrário, sugere que ele, quando via as presas humanas trazidas pelos seus enviados, contentava-se em especial de saber que não eram resgatadas dos mouros, “mas em suas próprias terras”, pois olhava mais ao longe e sempre julgava pouco o que era trazido pelos que vinham da África, pois sempre avaliava como “mostras e sinais de outra maior esperança que ele tinha” (Barros, 1988, p. 36).⁵⁶ O cronista quinhentista português já escrevia com algum distanciamento dos eventos, fazendo juízos como conhecedor dos acontecimentos subsequentes e como defensor do projeto marítimo português. Mais de uma vez, portanto, destaca que o prazer do infante era mais do que com as “noventa almas trazidas da Guiné por Antão Gonçalves” e, sim, em saber que o explorador João Fernandes, que permanecera na região do Cabo Branco por aproximadamente sete meses, retornava são e salvo “e cheio de tanta novidade e estranheza da terra como ele contava” (Barros, 1988, p. 38).⁵⁷ Ou seja, é ele um dos que contribui para atribuir-lhe uma qualidade que, já no século XV, era valorizada, e mais ainda o será no século XVI: a curiosidade geográfica.

Por essas e outras, na obra monumental de João de Barros, ele associa os fundamentos da sua Ásia – obra que pretendia ser a síntese dos descobrimentos portugueses – ao Infante e seus “trabalhos e indústrias”, tratando “particularmente dele” e destacando que, além da “excelência do sangue”, de onde maiormente procedem “todas as inclinações da pessoa”, “Deus edificou nele as outras [virtudes] da alma” (Barros, 1988, p. 60).⁵⁸ Sobressaiam, por isso, no Navegador: o zelo com os fidalgos, como a mãe tinha recomendado e que o levava a fazer da “sua casa [...] uma escola de virtuosa nobreza”; a “perfeita religião”; a dedicação aos estudos; e a sua liberalidade com a universidade. Mas, sobretudo, ressalta que nele não “faleceram pensamentos de altas empresas e obras de generoso ânimo”, de forma que do seu empenho resultaram descobertas desde as terras do Cabo Bojador até Serra Leoa. E ainda que não inclua comparações explícitas com seus irmãos nesta Primeira Década da Ásia, não é inoportuno lembrar os posicionamentos mais reticentes dos outros dois (Nemésio, 1991, p. 83), enquanto D. Henrique emerge

como aquele que, a despeito das dificuldades iniciais, “teve tanta constância e fé na esperança que lhe o seu espírito favorecido de Deus prometia, que nunca desistiu deste descobrimento (enquanto pôde) por espaço de quarenta anos” (Barros, 1988, p. 62).⁵⁹

Mas nem só de vitórias e êxitos vivem os heróis,⁶⁰ tampouco sua fortuna é linear. Para além das ações grandiosas que entram para a história como ações acabadas – esquecidas as tribulações das etapas –, como a tomada de Ceuta, a conquista das ilhas atlânticas, a descoberta de territórios para além do cabo Bojador e outras, as etapas de qualquer empresa mostram mais claramente as ações individuais. No caso da fracassada tentativa de tomar Tânger, mais do que o desfecho, as decisões e atos do Infante são dignos da censura daqueles que narram os eventos. Quando os portugueses, em 1437, viram-se confinados pelos mouros em razão do ataque orquestrado comandado por Lazeraque (Abu Zacarias), D. Henrique assistiu à humilhação das suas gentes, sem poder tomar o mar e sujeitas a todos os tipos de privações, para si mesmas e seus cavalos e à mercê de águas providenciais (Pina, 1977b, p. 553-554, 557). Situação que, pelo que sugere o cronista Rui de Pina – sem qualquer compromisso evidente de louvar um ou outro dos irmãos – poderia ter sido evitada se as recomendações do rei D. Duarte tivessem sido cumpridas (Duarte, 2007, p. 335-336), ou seja, se seus conselhos na partida da frota tivessem sido ouvidos pelo irmão para que, “do arraial, ambas as pontas ou ao menos uma ficasse no mar, como para ponte de salvação e socorro” (Pina, 1977b, p. 557-558). Mas o acampamento militar não fora mantido em contato com o mar, de forma que os desdobramentos foram desastrosos: a detenção do Infante D. Fernando como refém e a ameaça de perda do que estava garantido, Ceuta. Algum reconhecimento de culpa do Infante D. Henrique pela desobediência ao irmão (Duarte, 2007, p. 340-341) e alguma frustração podem ser deduzidos da passagem, narrada por Pina, em que ele deixa de ir pessoalmente a Portugal contar ao rei os infortúnios, enviando as más notícias por intermédio de D. Fernando de Castro e outros cavaleiros, e foi ele próprio para Ceuta, onde ficou recolhido (Pina, 1977b, p. 561).⁶¹

Na década de 40 do século XV, a história de sucessos se sobrepõe à de desastres, todavia, há situações em que as ambições do conquistador são abaladas pela

⁵⁶ “[...] tomádos em suas próprias terras [...] mostras e sinais doutra mayor esperança que elle tinha”.

⁵⁷ “[...] estas nouenta almas e ouro que Antam Gonçaluez trazia [...] era pouco em comparaçam de ver ante sy Joam Fernandez são e saluo, e cheo de tanta novidade e estranheza da terra como elle contaua”.

⁵⁸ “[...] trabalhos e industrias deste infante [...] trataremos particularmente delle. [...] excellência do sangue pola mayor parte procedê todas as inclinações da pessoa: podemos crer, que sobreste fundamento, deos edificou nelle as outras dâlma q em qâto viueo mostrou em suas obras”.

⁵⁹ “[...] teue tanta constancia e fé na esperanza que lhe o seu espirito fauorecido de deos prometia, que nunca desestio deste descobrimento (em quanto pôde) per espaço de quarenta annos”.

⁶⁰ Os “dois acontecimentos considerados menos abonatórios do Infante D. Henrique – Tânger – Alfarrobeira” são sintetizados em João, 1994, p. 12-13.

⁶¹ Segundo Luís Miguel Duarte, “este recolhera-se no Algarve, num misto de luto, de pudor e de dignidade ofendida” (Duarte, 2007, p. 345).

comoção de um senhor diante da perda dos seus servidores. Em 1446, o Infante recebe a notícia de que um dos seus navegadores, Nuno Tristão, explorador da costa africana e primeiro a chegar ao Cabo Branco e às ilhas de Arguim e das Garças, foi morto, juntamente com seus parceiros, nas proximidades do Rio Gâmbia. Zurara, ao narrar o ocorrido, não deixa de lembrar que, mesmo que incontornáveis em um feito valoroso para o reino e para a cristandade, a dor pelos sacrifícios humanos e pelas perdas era parte do cotidiano dos desbravadores; dor agravada, para mais, por circunstâncias as mais adversas, como a de não poderem oferecer sepultura para os mortos e serem obrigados a lançar os “corpos sobre a multidão das águas, sepultando suas carnes nos ventres dos peixes” (Zurara, 1973b, p. 363).⁶² O Infante, quando recebeu as novas, teve “grande desprazer, porque quase os criara todos, que posto que bem cresse [n]a salvação de suas almas, não pôde escusar tristeza daquela humanidade que ante a sua presença por espaço de tantos anos fora criada” (Zurara, 1973b, p. 364).⁶³ Abalos como este, com mais ou menos intensidade, são lembrados nos relatos e ilustram o que antecede e conforma etapas dos eventos que são em geral dados a conhecer pelo seu fim ou quando já estão acabados. Nessas etapas é onde melhor vemos o desempenho de cada um em um empreendimento que envolve vários, não deixando ocultado o poder e impacto do agir dos indivíduos (Boudon, 2005, p. 65).

Internamente, nem todas as ações do Infante são formosas. Não só foram pouco frutíferas as tentativas de conciliação entre a rainha D. Leonor e o Infante D. Pedro, seu irmão, em 1438,⁶⁴ no conflito entre o rei D. Afonso V seu sobrinho e o Infante D. Pedro seu irmão – em que o rei tentou anular os provimentos de cargos e as doações de bens feitas pelo regente e que vieram a resultar na morte deste último – (Moreno, 1979-1980, p. 327), a tentativa de intermediação do Infante D. Henrique (Nemésio, 1991, p. 86), “a sua boa vontade”, como define Rui de Pina, “não perseverou no favor do Infante seu irmão” (Pina, 1977a, p. 725).⁶⁵ O agravamento progressivo das relações entre o tio e o sobrinho⁶⁶ não pôde reverter o trágico fim do primeiro na batalha de Alfarrobeira. O Infante D. Henrique conseguiu algum apaziguamento nas relações entre os dois, mas as divergências se precipitaram e sua

conduta, de ir se encontrar com o rei em vez de ir ter com o irmão (Pina, 1977a, p. 716), acabou por resultar ao longo do século XVI – quando notícias desfavoráveis se juntaram às certezas sobre as vantagens da expansão – em julgamentos díspares por parte de cronistas quinhentistas: uns o condenaram por tê-lo abandonado e partido (Leão, 1975, p. 177-178); outros reconheceram nele a prudência necessária para recuar quando o pleito já estava perdido (Landim, 1894, p. 40). Também os historiadores posteriores não acordaram quanto ao mérito ou inevitabilidade do recuo do Infante diante do agravamento das relações entre o irmão e o sobrinho.⁶⁷ Mas o relato de Pina é aguçado quando refere a “torvação” do Infante D. Pedro diante da notícia de que D. Henrique, de quem esperava apoio (Gomes, 2006, p. 74), “sem lho fazer saber, partira para Santarém onde estava o rei e sua Corte” (Pina, 1977a, p. 716).⁶⁸ Prudência, desânimo, interesse ou covardia são algumas das avaliações que ao longo da história mereceu o Infante (Moreno, 1979-1980, p. 348)⁶⁹ por ter, talvez, tomado a única posição viável naquele momento.

Por essas pinceladas falhas sobre uma vida construída a várias mãos e com os filtros de diversos períodos, não se pode afirmar certamente que a história da expansão teria sido interrompida antes da sua entrada em cena já nas discussões em favor da tomada de Ceuta na segunda década do século XV. Por elas, apenas é possível dizer que o Navegador, em parte por circunstâncias políticas, em parte por sua conduta e suas qualidades pessoais, aparece à frente dos irmãos em diversos momentos. Os porquês desse protagonismo não estão ao nosso alcance como historiadores, mas o que se sabe é que: viveu para relatar ao cronista os acontecimentos que os envolveram em outras partes; pôde envidar todos os seus esforços para buscar formas de avançar por outras terras, pois não teve de governar o reino como seus irmãos, o rei e o regente; por não ter constituído sua própria família, pode ter tomado a causa da expansão como a da sua vida. Sobre Ceuta, embora D. Duarte e D. Pedro, por sua maturidade, possam ter apresentado argumentos mais sólidos ao pai sobre o empreendimento (Duarte, 2007, p. 62), é o ainda jovem D. Henrique, julgado pelo pai o mais comprometido com a empresa, que aparece como seu destacado conselheiro sobre a questão (Coelho, 2005, p. 230). Nascido com a

⁶² “[...] *corpos sobre a multidão das águas, sepultando suas carnes nos ventres dos peixes!*”.

⁶³ “[...] *grande desprazer, porque quase os criara todos, que posto que bom cresse a salvação de suas almas, não pode escusar tristeza daquela humanidade que ante a sua presença por espaço de tantos anos fora criada!*”.

⁶⁴ Sua proposta fora no sentido de estabelecer a partilha do poder entre a rainha e seu irmão, o Infante D. Pedro, deixando a ela a ministração das rendas e ofícios, a ele, a justiça e a defesa (Moreno, 1979-1980, p. 10-15).

⁶⁵ “[...] *nom perseverou no favor do Yfante seu Irmão [...]*”.

⁶⁶ Desde o início do reinado do jovem rei, D. Henrique precisou intervir para apaziguar as tensões que dividiam a Corte (Gomes, 2006, p. 47).

⁶⁷ É acusado por Magalhães Godinho, por exemplo, de ter ficado ao lado do rei em apoio aos nobres em detrimento dos burgueses (Marques, 2003, p. 23-24).

⁶⁸ “[...] *sem lho fazer saber, se partira pera Santarem donde era ElRey e sua Corte [...]*”.

⁶⁹ A posição de Humberto Baquero Moreno (1979-1980, p. 348) é de que, diante da irredutibilidade do irmão, preferiu agir com “a mais cautelosa prudência”.

⁷⁰ “[...] *uemtre de sua madre trouxe comssigo abraçada [...]* *deseio de guerrear aos jmfiees [...]* *uiueo e aturou toda sua uida [...]*”.

marca da cruz, que do “ventre de sua mãe trouxe consigo abraçada”, era nele que se mostrava, a crer em Zurara e tantos que o seguiram, o “desejo de guerrear os infiéis”, pelo que “viveu e aturou toda sua vida” (Zurara, 1915, p. 45).⁷⁰ É a ele que o pai questiona sobre se a empresa era serviço de Deus (Ventura, 2018, p. 151). É ele que entrelaça os fios do tempo para fazer lembrar que, no passado, o pai fora escolhido por Deus para assumir o trono e vencer Castela, assim como, para o futuro, tinha-lhe sido reservado o poder de avançar sobre os infiéis (Zurara, 1915, p. 46-47).

Nas embarcações do Infante seguiram medos, dúvidas, ilusões, sonhos, esperanças, cavaleiros fiéis, traidores, guerreiros hábeis, covardes e uma massa de anônimos que ajudaram a chegar a lugares estranhos e a enfrentar gentes novas. No prosseguimento da sua vida e dos avanços pela África, mesmo no desastre em Tãnger, seu comando mostra-se irrefutável para aqueles que narraram os acontecimentos entre os séculos XV e XVI. É ele que convenceu o irmão D. Duarte da grandeza cavaleiresca do cerco à cidade marroquina e do seu potencial estratégico para a nação portuguesa. É ele que aparece como o responsável pelo “trato da Guiné” (Dias, 2014, p. 159-160), que abriu as portas de um novo mundo para os portugueses, e é ele que, diante da inviabilidade de fazer guerra, procurou uma política de “trato de paz” com a gente do Rio do Ouro (Sintra, 2002, p. 57).⁷¹ Seus dotes de organizador pragmático das empresas de descobertas e do tráfico comercial de africanos, bem como de controlador das diversas operações são destacados por Cadamosto e outros viajantes e cronistas (Viagens, 1988, p. 173-176; Russell, 2004, p. 277). Assim, entre muitos outros motivos que o fizeram merecer a qualificação de Navegador, o caráter projetivo de suas ações é reconhecido no relato do viajante português Pedro de Sintra redigido por Cadamosto, ao referir que, mesmo depois de sua morte, a viagem de exploração de Serra Leoa (1460) deve-lhe ser creditada (Russell, 2004, p. 310).

Em uma tentativa de balanço do que se disse sobre D. Henrique logo depois das suas viagens e até pelo menos a primeira metade do século XVI, quando se urdia um ideal de império ultramarino português, pode-se destacar que os ímpetos aventureiros, a aceitação dos sacrifícios humanos necessários e a persistência não eram contraditórios com a obediência ao rei, a prudência para recuar quando necessário e o zelo para com os de sua casa senhorial e seus navegadores. A ambição por alcançar bens materiais e apreender cativos tampouco contraditava o empenho em expandir a fé católica, angariar almas e, inclusive, obter

conhecimento sobre as variedades do mundo e dos humanos.⁷² Muitos que sobre ele escreveram destacaram tudo de que foi privado, esposa, filhos; outros, todos os bens que perdeu empenhando-os em empresas nem sempre exitosas; outros sua coragem e sacrifício pessoal; outros sua pouca vontade para defender o irmão da conspiração política; outros sua imprudência por querer dar passos tão arriscados. Mas certamente, no balanço geral, as águas marítimas o elevaram a uma estatura superior à dos seus irmãos. Se teria feito falta naquele tempo em que muita ponderação, muito zelo para evitar perdas talvez não fosse de grande valia, não é possível dizer; apenas é possível juntar as marcas que puderam identificá-lo e, por serem confluentes, pareceram convincentes e tiveram vida longa. Para lembrar o vocabulário da época: ele fez das despesas proveito. “Deus quere, o homem sonha, a obra nasce”.⁷³ Do mar veio o sinal, parafraseando Fernando Pessoa.

Referências

Fontes

- ÁLVAREZ, J. 1911. *Chronica do Infante Santo D. Fernando*. Ed. Mendes dos Remedios. Coimbra, França Amado Editor, 183 p.
- BARROS, J. de. 1988. *Ásia: Primeira Década*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 418 p.
- BRACCIOLINI, P. 1994. *Carta ao Infante D. Henrique (1448-1449)*. Introd. de Ivo Carneiro de Sousa. Porto, Casa do Livro, 23 p.
- CAMÕES, L. de. 1994. *Os Lusíadas*. Lisboa, Editores Reunidos e R.B.A. Editores, 317 p.
- CRÓNICA anónima de Enrique IV de Castilla. 1991. Edición crítica y comentada de María Pilar Sánchez-Parra. Madrid, Ediciones de la Torre. vol. 2, 569 p.
- DIAS, D. J. T. 2014. *As Cortes de Coimbra-Évora de 1472-73: Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. Coimbra. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 320 p.
- GÓIS, D. de. 1905. *Chronica do príncipe Dom Ioam [...]*. Composta de novo per Damiam de Goes; preparada pelo Dr. A. J. Gonçalves Guimarães. Coimbra, Imprensa da Universidade, 278 p.
- LANDIM, G. D. 1894. *O infante D. Pedro*. Lisboa, Escriptorio. vol. 3, 119 p.
- LEÃO, D. N. de. 1975. *Crónicas dos reis de Portugal*. Porto, Lello & Irmão, 1.046 p.
- LOPES, F. 1977. *Crónica del rei dom Joham I de boa memoria e dos reis de Portugal o decimo*. Ed. William J. Entwistle. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. 2, 501 p.
- LÚLIO, R. 2011. *Astrologia medieval: (o Novo tratado de Astronomia de Raimundo Lúlio – Ramon Llull)*. Trad. Esteve Jaulent. São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 182 p.
- MÜNZER, H. 2014. *Itinerary and the discovery of Guinea*. Transl. and

⁷¹ “[...] *pacem cum eis*” (cf. Godinho, 2008, p. 197).

⁷² A grandeza do Infante, segundo Luís F. Thomaz, estava em se deixar mover pelas circunstâncias e se adaptar (Thomaz, 1991, p. XXIII).

⁷³ “*Deus quere, o homem sonha, a obra nasce*” (Pessoa, 1986b, p. 78).

- notes by James Firth. London, J. Firth, 576 p.
- MÜNZER, J. 1931. Itinerário. In: B. de VASCONCELOS. "Itinerário" do Dr. Jerónimo Münzer: (excertos). Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 140-190.
- PEDRO. 1961. Carta do infante D. Pedro, escrita de Bruges [...]. In: *Monumenta Henricina*. Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. 3, p. 140-149.
- PEDRO. 1964. Conselho do infante D. Pedro, dado a el-rei D. Duarte [...]. In: *Monumenta Henricina*. Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, vol. 6, p. 1-7.
- PINA, R. de. 1977a. Chronica do senhor Rey D. Afonso V. In: *Crônicas de Rui de Pina*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, p. 577-881.
- PINA, R. de. 1977b. Chronica do senhor rey D. Duarte. In: *Crônicas de Rui de Pina*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, p. 477-575.
- PISANO, M. de. 1915. *Livro da Guerra de Ceuta*. Publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e vertido em português por Roberto Corrêa Pinto. Coimbra, Imprensa da Universidade, 170 p.
- SINTRA, D. G. de. 2002. *Descobrimento Primeiro da Guiné*. Ed. crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa, Edições Colibri, 173 p.
- VALERA, D. de. 1878. Memorial de diversas hazañas. In: C. ROSELL (coord.). *Crônicas de los reyes de Castilla*. Madrid, M. Rivadeneyra, t. 3, p. 1-95.
- VIAGENS de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra. 1988. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 210 p.
- ZURARA, G. E. de. 1973a. Carta de Zurara a D. Afonso V. In: G. E. de ZURARA. *Crônica de Guiné*. Introd., novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa, Livraria Civilização, p. 1-5.
- ZURARA, G. E. de. 1915. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, Academia das Ciências de Lisboa, 458 p.
- ZURARA, G. E. de. 1973b. *Crônica de Guiné*. Introd., novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa, Livraria Civilização, 557 p.
- Dom Quixote, 406 p.
- GOMES, S. A. 2006. *D. Afonso V: o africano*. Lisboa, Círculo de Leitores, 366 p.
- JOÃO, M. I. 1994. *O Infante D. Henrique na historiografia*. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, D.L., 214 p.
- LÓPEZ DE COCA CASTAÑER, J. E. 2001. Portugal y los "derechos" castellanos sobre Granada (siglo XV). *Acta historica et archaeologica mediaevalia*, 22:601-616.
- LUÍS, A. A. C. 2019. A regência de D. Pedro e a irreversibilidade da expansão atlântica portuguesa. In: J. S. MAIA (coord.). *O mar como futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448): a propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis*. Actas do XV Simpósio de História Marítima. Lisboa, Academia de Marinha, p. 161-182.
- MARQUES, J. 2003. *Humberto Baquero Moreno: obra histórica*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 29 p.
- MAURO, F. 1995. *A expansão europeia*. Trad. Franco de Sousa. Lisboa, Editorial Estampa, 236 p.
- MICHELAN, K. B. 2020. *A expansão marítima portuguesa e a tomada de Ceuta (1415): uma narrativa acerca dos marcos históricos*. Curitiba, Appris, 317 p.
- MORENO, H. B. 1979-1980. *A batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade. Por Ordem da Universidade, 669 p.
- MOYA GARCÍA, C. 2008. La producción historiográfica de mosén Diego de Valera en la época de los Reyes Católicos. In: N. SALVADOR MIGUEL; C. MOYA GARCÍA (eds.). *La literatura en la época de los reyes católicos*. Madrid, Iberoamericana, p. 145-166.
- NEMÉSIO, V. 1991. *Vida e Obra do Infante D. Henrique*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 127 p.
- PESSOA, F. 1986a. A Cabeça do Grifo: O Infante D. Henrique. In: F. PESSOA, *Obra poética*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, p. 76.
- PESSOA, F. 1986b. Mensagem. In: F. PESSOA, *Obra poética*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, p. 78.
- RUCQUOI, A. 2003. Rois et princes portugais chez les auteurs castillans du XVème siècle. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, 0:39-52.
- RUSSELL, P. 2004. *Henrique, o Navegador*. Trad. Ana Carvalho e prefácio de Luís Miguel Duarte. Lisboa, Livros Horizonte, 399 p.
- SANTOS, J. M. dos. 1998. *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVI)*. Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 371 p.
- SANTOS, J. M. dos. 2017. *Ceuta não foi conquistada, mas começou dela*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 127 p.
- SERRÃO, J. V. 1972. *A historiografia portuguesa: doutrina e crítica*. Lisboa, Editorial Verbo, vol. 1, 399 p.
- SIMMEL, G. 1984. *Les problèmes de la philosophie de l'histoire*. Introduction et traduction de l'allemand par Raymod Boudon. Paris, Presses Universitaires de France, 244 p.
- SOUSA, J. S. de. 2000. Os herdeiros do Infante e o governo dos Açores (1460-1485). *Arquipélago*, História, 2ª série, 4(2):13-28.
- TAYLOR, C. D. 2013. *Chivalry and the ideals of knighthood in France during the Hundred Years War*. Cambridge, Cambridge University Press, 344 p.
- THOMAZ, L. F. 1991. Introdução. O Infante D. Henrique e a paternidade da Expansão: de Gomes Eanes de Zurara a Vitorino Nemésio. In: V. NEMÉSIO. *Vida e obra do Infante D. Henrique*.

Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 11-19.
VENTURA, M. G. 2018. O elogio do contraditório: Reflexões sobre a cronística de Zurara. In: M. E. B. RIBEIRO; S. S. L. FRANÇA (orgs.). *A escrita da história de um lado a outro do Atlântico*. São Paulo, Cultura Acadêmica, p. 143-166.

VEYNE, P. 2011. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 285 p.

Submetido em: 21/07/2021

Aceito em: 08/10/2021